

# Lobby para desmontar a "Operação Desmonte"

Preocupados com os cortes no Orçamento Geral da União de 89 que atingem projetos de âmbito nacional, em consequência da Operação Desmonte, os secretários de Planejamento de 17 Estados iniciaram ontem uma estratégia de duplo lobby junto à Comissão de Orçamento do Congresso, encarregada de receber emendas à peça orçamentária a partir da próxima semana.

Para isso, os secretários estaduais atuarão em duas frentes. Uma comissão de sete secretários — liderada por José Carlos de Oliveira, representante de Sergipe — já começou a trabalhar ontem mesmo, em Brasília, na montagem de uma lista dos cortes que atingem projetos federais, como manutenção de rodovias, e na elaboração de emendas modificativas.

A outra frente articulará com os governadores e políticos de cada Estado apoio para alterações de questões específicas, como, por exemplo, os cortes de verbas para combate à erosão ou endemias. Como dispoem de pouco tempo (a Comissão de Orçamento do Congresso receberá emendas de alteração durante apenas 20

dias), os secretários acreditam que a resposta dos Estados aos cortes propostos pela União será feita principalmente através de apoio a emendas de parlamentares.

"Nossa idéia da Operação Desmonte é ainda muito vaga. Não sabemos o que coube a cada Estado em consequência da Operação Desmonte (que transferiu encargos para Estados e municípios), nem tampouco os recursos assegurados no orçamento", disse o secretário de Planejamento do Paraná, Francisco Magalhães.

Os membros da comissão explicaram ainda que, diante das incertezas quanto aos recursos que terão no próximo ano, a maioria dos Estados decidiu elaborar um orçamento para 1989 sem levar em conta o aumento de receitas oriundo da reforma tributária aprovada pela Constituinte ou a elevação de despesas decorrente da Operação Desmonte. Dessa forma, disseram, até o final deste mês as Assembléias Legislativas estarão recebendo os orçamentos estaduais e deverão corrigir posteriormente as eventuais modificações.